

SESSÕES DO PLENÁRIO

28ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de abril de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Niltinho, Pablo Roberto, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 25ª e 26ª realizadas, respectivamente, em 9 e 10 de abril de 2024; e o Termo de Abertura do dia 11 de abril de 2024.

Em discussão as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, deputadas e deputados, boa tarde. Sr. Presidente, é apenas para compartilhar da minha alegria – acredito que sua também – de ter participado, na última sexta-feira, da agenda do governador em dois

municípios da Bahia. Isso foi na sexta-feira, em um município na parte da manhã e em outro na parte da tarde.

O senhor esteve acompanhando o governador em Saúde e eu também estive. Nós experimentamos a alegria de ver o governador inaugurar obras importantes para o município e também autorizar novos investimentos para o município.

Na parte da tarde, nós fomos a Serrolândia e, realmente, a presença do governador Jerônimo Rodrigues, pela segunda vez na cidade, foi um momento muito especial, único, na vida política e administrativa do município. Também foi algo realmente impressionante a quantidade de pessoas que participaram do evento e a alegria das pessoas que conversavam com o governador, até por sua simplicidade e facilidade, pois ele é muito acessível. Isso aconteceu em Serrolândia. As pessoas estavam numa alegria muito grande por conversarem diretamente com o governador.

Além dessa empatia, para nós é muito importante a capacidade de trabalho do governador Jerônimo. Nesse dia, na parte da tarde, em Serrolândia, ele inaugurou vários equipamentos importantes. Um deles é o trecho da BA-417, que liga a BR até o município de Serrolândia, dando por inaugurada a obra. Ele inaugurou o mercado municipal. Por sinal, acredito que seja um dos mercados municipais mais bonitos da Bahia – não tenho dúvida disso –, um mercado moderno, bem equipado, grande. Foi realmente um momento muito importante.

Além de pavimentações etc., o que ficou muito marcado foi que ele autorizou outros investimentos no mesmo município, em Serrolândia, para a alegria do prefeito Gildo Mota, pois era algo que se esperava muito. Ele também deu a ordem de serviço para um novo mercado no distrito do Maracujá e, na semana anterior, já tinha sido inaugurado nesse mesmo distrito uma UBS, com todos os equipamentos na área de saúde. Ele também deu ordem de serviço para novas pavimentações em paralelo na cidade. Por fim, também autorizou o convênio da CAR com o município para a instalação da Casa do Mel.

É importante relatar, presidente, que, na história do município de Serrolândia, o qual não é um município muito grande, mas muito valoroso e de um povo muito trabalhador, se tinha uma dificuldade muito grande com relação às extensões de rede de água. Para que isso pudesse ser resolvido, era necessário um investimento muito vultoso da Embasa, num sistema de ETA, ou seja, de tratamento e, também, depois das extensões. O governador, nessa mesma tarde de sexta-feira, deu a autorização para a licitação pela Embasa de dois projetos importantes, no valor de R\$ 35 milhões, para que todas as comunidades e a sede do município de Serrolândia tenham água, bacia de água doce, água tratada, água da Embasa.

Realmente era algo que a gente já vinha discutindo há muito tempo – cerca de 7 a 8 anos – e vinha buscando para que isso pudesse acontecer. Foi muito bacana essa autorização ter acontecido no governo de Jerônimo. Portanto, foi uma tarde muito especial – volto a repetir –, única no município, pelo volume de recursos autorizados pelo governador, além, claro, das obras que ele deu por inaugurada,

entregando-as à população para melhorar a vida das pessoas e de todos os serrolandeses.

Então, foi uma manhã e uma tarde muito especiais. Na parte da manhã – repito –, no município de Saúde, com a presença do nosso presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Adolfo Menezes. À tarde, em Serrolândia, por não só inaugurar as obras, mas, especialmente, por autorizar novos investimentos que vão melhorar a vida das pessoas e também, claro, potencializar a economia do município porque gerarão emprego e renda para as pessoas.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Felipe Duarte.

O Sr. FELIPE DUARTE: Sr. Presidente, caros colegas, membros da imprensa, nossos visitantes que estão nas galerias, a prefeita do município de Matina, o vice-prefeito Irineu, meus cumprimentos.

Prezados colegas, (lê) “é de conhecimento de todos nós as adversidades climáticas que atingiram o estado da Bahia no ano passado. A seca foi devastadora. Em muitas regiões do semiárido baiano, produtores rurais assistiram impotentes à morte de rebanhos com fome e sede. Financeiramente estrangulados, com prejuízos acumulados desde o início do ano, já que em janeiro de 2023 as pastagens foram devastadas por cigarrinhas, produtores ainda se viram diante de elevados preços dos alimentos para os rebanhos, dada a explosão da demanda.

Felizmente, graças a Deus, as chuvas chegaram em 2024 e o alívio tomou forma na vida dos produtores baianos, sejam eles pequenos, médios ou grandes. Nós ainda precisamos nos debruçar seriamente sobre a necessidade de se formular uma política na gestão de crise climática da Bahia. Não dá para contar com a sorte. Não é razoável ficarmos desesperados nos períodos de estiagem, com as mãos atadas assistindo às tragédias socioeconômicas produzidas pela seca.

Diante do contexto da crise climática global, não é difícil imaginar que episódios como o de 2023 venham a se repetir com frequência. Mas isso é um assunto que precisamos desenvolver e debater em outra ocasião.

O que me traz aqui agora é a Resolução nº 5.123, de 28 de março de 2024, do Conselho Monetário Nacional, autorizando a renegociação das dívidas de crédito rural com vencimento em 2024. Parcelas das dívidas de investimento da pecuária bovina, do leite, de corte, de soja e de milho poderão ser prorrogadas para o final do contrato. A decisão alcança os créditos contratados a partir de fundos constitucionais operados no âmbito do Pronaf e Pronamp e dos programas de investimento rural do BNDES.

A justificativa está assentada exatamente nas adversidades climáticas experimentadas em 2023 pelos produtores que viram as suas economias drenadas.

Até aí, tudo bem. É uma decisão correta no meu entendimento. O que eu ainda não entendi é por que a Bahia ficou de fora. Produtores dos seguintes estados

foram contemplados: Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia, Acre, Roraima, Tocantins, Amapá, Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Eu comecei a minha fala narrando brevemente a situação enfrentada pelos agricultores baianos em 2023, numa das estiagens mais dramáticas dos últimos 50 anos. Eu gostaria de compreender qual a razão de os agricultores do nosso estado terem ficado de fora do alcance dessa resolução do Conselho Monetário Nacional.

E mais, gostaria que esta Casa formalizasse uma solicitação de informações ao Conselho Monetário Nacional, indicando ainda a necessidade de inclusão dos nossos produtores na prorrogação dos débitos rurais de 2024.

Diante de tudo que vimos acontecer no interior do nosso estado em 2023, eu preciso insistir em razões para essa defesa? Conto com o apoio dos meus colegas parlamentares no encaminhamento dessa importante demanda para a agricultura e a pecuária da Bahia.”

Eu queria que a Comissão de Agricultura se sensibilizasse e se juntasse a nós nesse tema que é extremamente importante para que preservemos a saúde financeira dos pequenos, médios e grandes produtores.

Ainda em tempo, Sr. Presidente, quero aqui parabenizar o nosso prefeito de Guanambi, Nal Azevedo, pela grande feira de negócios que houve na semana passada...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) quando pequenos comerciantes, pequenos artesãos, toda a cadeia produtiva do comércio em geral, do que se comercializa na nossa cidade, na nossa região, teve a oportunidade de expor os seus produtos. Foi uma feira bastante visitada não só pelos guanambienses, mas por toda a região.

E eu quero parabenizar o agora secretário de Desenvolvimento Econômico de Guanambi, Alex...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e parabenizar também o agora vereador, que também era secretário de Desenvolvimento Econômico, Fabrício Lopes. Também não poderia deixar de registrar a importante presença, no evento, do secretário de Cultura, Esporte e Lazer, Victor Boa Sorte; e parabenizar o prefeito. Que essas iniciativas se desdobrem por mais municípios, fomentando e aquecendo o nosso comércio.

Obrigado pela atenção e uma boa tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, visitantes que se encontram nas galerias, nossos queridos e queridas servidoras desta Casa, quero dar boas-vindas a vocês.

Ontem o Brasil foi sacudido por uma intervenção do corregedor nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, o ministro Luis Felipe Salomão, no

sentido de fazer uma faxina, desinfetar a Justiça, principalmente em Curitiba e no Rio Grande do Sul.

Então, chegou à conclusão, o ministro, que tinha que suspender a atividade da juíza Gabriela Hardt, justamente aquela que emitiu uma condenação para o presidente Lula, que foi uma cópia e cola do que o Sergio Moro tinha feito. Ela que substituiu Sergio Moro naquela corte.

E foram suspensos mais três, sendo dois desembargadores e um juiz. Essa decisão tem uma importância muito grande para a história deste país. Ali se criava uma república, e o objetivo daquela turma era justamente criar uma fundação que passaria a receber parte das multas que tinham sido aplicadas à nossa Petrobras.

Essas multas seriam arrecadadas, e o próprio corregedor da Justiça diz que ela é a “juíza cashback” porque cuidava do retorno desse volumoso recurso justamente para a fundação que eles iam criar, fundação de caráter privado.

Então isso vem no sentido de elucidar, colocar para a história, para a sociedade brasileira o que significou aquela Operação Lava Jato, que veio para destruir a democracia brasileira, destruir a engenharia brasileira.

Este estado da Bahia contava com sedes das maiores empresas de engenharia, inclusive do mundo, como era a Odebrecht, como era a OAS. Elas foram destruídas pela Operação Lava Jato para que esses mercados fossem ocupados por outros países, países imperialistas.

Fazer essa correção na história do Brasil, passar a limpo essa fase que, ao destruir também a democracia, nos levou a ter o pior governo da história do país... Ali se pariu um monstro! Esse monstro destruiu a economia brasileira, destruiu as vidas de mais de 700 mil brasileiros e acabou não só com a democracia, mas também implantou uma das maiores corrupções neste país, em que se cobrava dólar para se trazer vacina para o povo, para curar a pandemia.

Então, meus amigos, é de uma importância muito grande para a história deste país um acontecimento como o de ontem, porque nós precisamos aprender, precisamos aprender. E nós...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) precisamos, justamente, nos vacinar para que isso nunca mais aconteça neste país.

Então, fora a Lava Jato! Viva a democracia brasileira!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, eu gostaria de que V. Ex.^a verificasse o quórum para a continuidade da presente sessão.

E aproveitar que... V. Ex.^a ontem estava ausente, em atividade externa, e eu fui questionado, até porque estava presidindo a sessão, sobre a instalação do Conselho de Ética da Casa.

E aproveitando que tanto V. Ex.^a, como presidente desta Casa, e os dois líderes, tanto o deputado Alan quanto o deputado Rosemberg, aqui estão, que pudessem dar uma resposta. Eu fui questionado ontem e fiquei de fazer essa pergunta a V. Ex.^a hoje para que a gente pudesse dar uma resposta.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Samuel, na semana passada, na quinta-feira, salvo engano, houve reunião com os líderes, deputado Rosemberg e deputado Alan, e os membros do Conselho de Ética já foram indicados e já foram publicados. Então, ficou de ter uma reunião entre os indicados para instalarem e escolherem o presidente e o vice-presidente, e logo depois, o relator.

Então, os membros indicados pelo deputado Alan, deputado Tiago Correia, deputado Samuel, que está fazendo a questão de ordem, e o deputado Sandro Régis estão na Casa. O deputado Rosemberg está ligando para os indicados pela Bancada do Governo para a gente fazer a reunião agora, à tarde, e instalar o Conselho de Ética para começar os trabalhos. Até porque esta Casa tem de dar satisfação à opinião pública sobre o fato grave ocorrido com um membro desta Casa.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: A posição da Bancada da Oposição... Estive nessa reunião na quinta-feira e havia uma reunião agendada previamente para a segunda, à tarde, que não ocorreu por alguns outros motivos. Mas eu queria externar a opinião de que a partir do momento em que eu, como líder da Oposição, indiquei os nomes para membros efetivos, os titulares, e também os suplentes, acho que cumpri com a minha parte nesse momento. Posso até acompanhar a comissão em algumas incursões ou algumas coisas que precisem, mas, agora, eu acho que tanto a mim como ao deputado Rosemberg cabe externar isso, que, agora, cabe à comissão, aos seus membros, que se reúna. Nem só o líder Rosemberg, nem a minha liderança da Oposição, mas que o próprio deputado presidente, Adolfo, possa pedir à sua assessoria para comunicar aos membros que já estão indicados e qual o dia da reunião deles, o que não depende especificamente de mim nem, nesse caso, do deputado Rosemberg.

Os membros foram indicados, aceitaram a indicação, e, sendo assim, eu acho que cabe aos oito membros legítimos indicados verem o melhor horário, fazerem a reunião e, assim, fazerem a deliberação de escolha do presidente da comissão, bem como do vice-presidente.

Obrigado, deputado Adolfo.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado e líder Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. Samuel Junior: Só uma questão de ordem, porque eu, na verdade, pedi a V. Ex.^a. E, antes de a gente levantar outra questão de ordem, V. Ex.^a tem de me dizer se o senhor acatou ou não o meu pedido de questão de ordem. Ele já está pedindo a terceira questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu estou nos meus 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai ser acatado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu estou nos meus 5 minutos ainda...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ô, deputado Samuel, este é um assunto da maior importância. Trata-se do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da ALBA, referente a esse caso grave.

O Sr. Samuel Junior: Pronto. É porque, só antes de ouvir o deputado Rosemberg, com muito respeito ao meu líder Alan, da forma como o deputado Alan falou, era como a responsabilidade passaria a ser dos membros indicados. E para a instalação dela, não existe presidente. Então, não existe quem controle. Quem tem de controlar, presidente, é V. Ex.^a e o líder Rosemberg. Depois que for definido quem é o presidente, aí, sim, o presidente tomará as decisões sobre o conselho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Samuel, como é uma questão nova para a Casa e dessa gravidade, que eu tenho conhecimento, com tantos anos na Casa, são naturais esses percalços no início dos trabalhos.

Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu queria dividir as palavras com o deputado Alan sobre a responsabilidade das indicações que fizemos. Mas eu queria pedir a V. Ex.^a, como presidente da Casa, a convocação, para amanhã, às 11 horas, logo depois da Mesa Diretora da Casa, no local da reunião da Mesa Diretora, todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. E a gente faz a instalação lá, com a escolha do presidente. E, aí, eu acho que a gente zera essa questão aqui, do que a gente ficar jogando a responsabilidade para um lado ou para outro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Então fica...

O Sr. Samuel Junior: É melhor às 14 horas, não?

O Sr. Rosemberg Pinto: Melhor seria às 11 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, fica acertado para amanhã, às 11 horas, no Salão Nobre, a reunião dos membros, indicados pela Minoria e pela Maioria, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a instalação e a escolha do presidente e vice-presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Amanhã, às 11 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Amanhã, às 11 horas.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pode ser assim?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Amanhã é quarta-feira.

O Sr. Rosemberg Pinto: A sugestão, inicialmente, era agora, depois da sessão. Mas alguns deputados estão com agenda externa. Então, para não dizer que não foi avisado...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.!

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) então, a gente marca para amanhã. Pode ser, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, amanhã, às 11 horas, no Salão Nobre, haverá o início dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa.

Nós temos 50 deputados presentes. Mas, no Plenário, agora, há, apenas, 3, 5, 6, 8, 10. Há 10 deputados presentes. Portanto, não temos número suficiente.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Samuel, queria a concordância de V. Ex.^a. Tem um projeto que não é polêmico, já com a dispensa das formalidades, antes de determinar a contagem dos presentes, pediria ao deputado Tiago para relatar.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago, 1 minuto.

Eu gostaria de informar a visita dos estudantes do Colégio Estadual Dinah Gonçalves, do bairro Valéria. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, encontra-se na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 25.200/2024, de proposição do deputado Adolfo Menezes, que (lê) *“dispõe sobre a outorga ao município de Ipirá, estado da Bahia, o título de Capital Estadual da Produção Industrial e Artesanal de Calçados e Artefatos de Couro, no âmbito do estado da Bahia, e dá outras providências.”*

Sr. Presidente, o presente projeto traz em seu art. 1º: (lê) *“Fica outorgado ao Município de Ipirá, Estado da Bahia, o título de ‘Capital Estadual da Produção Industrial e Artesanal de Calçados e Artefatos de Couro’, no âmbito do Estado da Bahia”*.

Isso se justifica, pois no município acontecerá simultaneamente a Exposição Estadual do Couro, denominada Expocouro, com o objetivo de valorizar toda a cadeia produtiva de couro no território do estado da Bahia. Sendo que isso será reconhecido como manifestação cultural de interesse social e turístico para o município de Ipirá.

Sr. Presidente, não havendo óbices legais e estando dentro das boas técnicas e normas legislativas, o meu parecer é pela aprovação do presente Projeto de Lei nº 25.200/2024. É o que trago.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado em primeiro turno.

PROJETO DE LEI Nº 25.200/2024

Dispõe sobre a outorga ao Município de Ipirá, Estado da Bahia, o Título de Capital Estadual da Produção Industrial e Artesanal de Calçados e Artefatos de Couro, no âmbito do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica outorgado ao Município de Ipirá, Estado da Bahia, o título de “Capital Estadual da Produção Industrial e Artesanal de Calçados e Artefatos de Couro”, no âmbito do Estado da Bahia.

Art. 2º - O Poder Executivo Estadual criará políticas e programas de incentivo à produção industrial e artesanal de calçados e artefatos de couro no Município, como instrumento de desenvolvimento territorial.

Art. 3º - Fica instituído no Estado da Bahia o Festival do Couro que será realizado anualmente, no mês de abril, na Cidade de Ipirá, Bahia, com a finalidade de dar visibilidade à produção industrial e artesanal de couro do Município.

§ 1º – Na data do Festival do Couro será realizada, simultaneamente, a Exposição Estadual do Couro, denominada de EXPOCOURO, com o objetivo de valorizar toda cadeia produtiva do couro no território.

§ 2º – O Festival do Couro será reconhecido como manifestação cultural e de interesse social e turístico para o Município de Ipirá, Bahia.

§ 3º – Serão criados, pelo Governo do Estado, mecanismos e ações de divulgação em todo território baiano do título outorgado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de fevereiro de 2024.

Deputado ADOLFO MENEZES

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Logo após o encerramento desta, convocarei uma sessão extraordinária para votar em segundo turno a presente matéria que acabou de ser relatada pelo deputado Tiago Correia.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes) Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, contraditando a questão de ordem do deputado Samuel para a gente poder ter aqui pelo menos 15 minutos para as pessoas poderem emitir as suas opiniões, isso pode ser agora ou na sessão seguinte, a depender do que V. Ex.^a definir. Mas eu já quero informar que o governador Jerônimo Rodrigues visitará esta Casa na próxima quinta-feira, às 11 horas da manhã.

Ele irá trazer para V. Ex.^a o projeto de lei dos professores indígenas. Esta é uma reivindicação antiga dos professores, que se crie uma paridade entre os professores e os professores indígenas, porque havia uma distorção.

Ele trará esse projeto extremamente importante nesta semana, em que a gente vai também fazer alusão ao Dia dos Povos Indígenas. Por conta disso, o governador vem trazer pessoalmente esse projeto revolucionário de educação que equilibra a comunidade indígena às não indígenas e cria uma regra única para os professores no estado da Bahia. E concordando com o deputado Samuel Junior.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola, vou encerrar esta sessão, pois nós temos de votar o projeto em segundo turno. Na outra sessão, V. Ex.^a fará uso da palavra.

Não havendo nada mais, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Dr. Diego Castro, Jordavio Ramos, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Olívia Santana, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva e Rogério Andrade. (12)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.